

**“EDUCAÇÃO EM MUDANÇAS: RASTROS
E CAMINHOS EM TEMPOS
PANDÊMICOS”**

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO VALE DO RIO PARDO-RS: JORNADAS,
RECONHECIMENTO E CONTRATOS DE TRABALHO**

Aline Caroline da Rosa
Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC

Moacir Fernando Viegas
Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC

Eixo 3 – Educação, Trabalho e Emancipação

A presente comunicação apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa que se encontra em andamento, sobre a temática “Trabalho Docente na Educação Infantil” e focaliza nas condições de vida e trabalho das docentes desta etapa da Educação Básica, de um município do Vale do Rio Pardo- RS. Entendemos que as condições nas quais as docentes vivem e trabalham influenciam de forma significativa em suas compreensões acerca da atividade que realizam e, por isso, objetivamos conhecer, compreender e analisar as condições de trabalho das professoras de nosso estudo de caso, para que possamos entender as implicações destas condições na atividade docente.

Os resultados apresentados nesta interlocução emergiram do processo de campo empírico, no qual utilizamos como instrumentos para coleta de dados a análise da Legislação Municipal que diz respeito à organização do trabalho docente; a aplicação de questionários semiabertos, realizados com 34 trabalhadoras da rede e a realização de entrevistas semiestruturadas com 4 professoras, sendo 2 de Creche e 2 de Pré-Escola. Como fundamentação teórica do processo metodológico utilizamos a técnica de triangulação de dados, de Triviños (1987), que propõe a articulação entre os instrumentos de campo para o conhecimento da totalidade do fenômeno, e o método de análise de conteúdo, de Bardin (1997).

Ademais, nossa pesquisa se baseia nos princípios do materialismo histórico-dialético, tendo como referências Marx e Engels (1974), Kosik (1976), Cury (2000) e

Konder (2008). No que diz respeito ao trabalho docente, nossas principais referências são Tardif e Lessard (2009); Hypólito (2020) e Viegas (2020).

Do processo de categorização e triangulação dos dados coletados, elencamos três principais categorias que nos possibilitam problematizar e apresentar as condições de trabalho das participantes de nossa pesquisa, sendo elas: 1) *Jornadas de Trabalho*; 2) *Contratos de Trabalho* e 3) *Reconhecimento*. Ambas as categorias se articulam entre si e apresentam um contexto de trabalho marcado pela intensificação e precarização das condições do mesmo. Consideramos ainda, que o período de isolamento social apresenta uma diversificação e um aumento significativo nas demandas de trabalho docente e a ampliação da jornada laboral destas profissionais.

No que se refere à *jornada de trabalho* das professoras, destacamos que embora estas não estejam realizando suas atividades no espaço institucional, pontuaram que houve aumento significativo em suas demandas de trabalho, principalmente no que se refere às questões burocráticas. Das professoras participantes de nossa pesquisa, 58,8% consideram a docência um trabalho intenso. Além disso, quando questionadas sobre a intensificação do trabalho no período de isolamento social, 88,2% disseram ter observado aumento na intensidade de seu trabalho.

A intensificação que se expressa em suas jornadas de trabalho, na medida em que amplia o tempo de dedicação destas profissionais à atividade, prolongando o período de envolvimento para além do período remunerado, é, segundo Souza, Fernandes e Filgueira (2015, p. 129), um dos fatores que nos permite considerar a atividades docente um trabalho precário. A terminologia *precariedade*, em si, é polissêmica, pois envolve uma ampla gama de aspectos, como a forma de contratação, os espaços físicos e materiais disponíveis, etc., mas não resta dúvida de que, diante da intensidade e quantidade de demandas que as professoras precisam “dar conta”, além da maioria atuar sem muitos direitos sociais por serem contratadas de forma temporária, permite caracterizar como precário o trabalho realizado.

Perguntamos para as professoras quanto tempo elas se dedicavam as diferentes demandas do trabalho docente, considerando que suas jornadas de trabalho são constituídas por 22 horas semanais. Nas atividades de planejamento e organização do trabalho pedagógico, 41,2% das professoras disse gastar de 5 a 8 horas semanais neste tipo de tarefa. Pontuamos que de acordo com o Plano de Carreira do município e também com a Legislação Federal, as professoras possuem direito a 1/3 de Hora-Atividade, ou

seja, um período de 4 horas semanais para dar conta do planejamento. No entanto, as docentes relatam gastar muito mais tempo do que o período previsto pela lei.

No que se refere à organização dos tempos, espaços e materiais, típico da organização do trabalho na Educação Infantil, 41,2% das docentes gasta de 6 a 8 horas semanais, considerando que as professoras necessitam construir seus “instrumentos de trabalho” (TARDIF e LESSARD,2009), ou seja, necessitam de horas para confeccionar os materiais para darem aulas. Quanto ao período em que se encontram na relação interativa com as crianças, 50% das professoras gasta até 22 horas semanais, o que corresponde a sua jornada de trabalho.

Durante o período de isolamento social, as professoras relatam que seguem trabalhando normalmente e que necessitam realizar atividades que anteriormente não faziam, como é o caso do uso das ferramentas virtuais, situação para a qual não receberam formação ou apoio da parte da gestão. Embora não estejam frequentando a escola e tendo interação com os educandos, estas docentes estendem o seu local de trabalho ao âmbito privado, espaço no qual, além de terem de realizar as atividades de trabalho, necessitam dar conta das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos, o que se soma à sua carga de trabalho.

Observamos que as condições de trabalho docente sofrem influências da forma de contratação das trabalhadoras. Exemplo disso foram os cortes dos contratos das professoras que se encontram nesta condição, o que resultou, por dois meses, na perda de sua renda mensal devido ao contexto de pandemia. Algumas docentes possuíam somente esta renda. Além disso, as professoras que se encontram na condição de concursadas precisaram realizar as tarefas das demais profissionais que estavam com os contratos suspensos, o que resultou em sobrecarga para aquelas que permaneceram trabalhando.

Nesse sentido, a categoria *contrato de trabalho* nos permite compreender que a organização do trabalho docente se dá a partir dos vínculos trabalhistas e que a forma desses vínculos influenciam de forma significativa no próprio trabalho, pois as docentes contratadas temporariamente, além de não possuírem a seguridade das profissionais concursadas, não têm direitos a uma série de benefícios trabalhistas. Das docentes da rede com as quais dialogamos, 61,8% estão na condição de professora contratada. Das 34 profissionais, 21 tiveram seus contratos de trabalho suspensos no período de pandemia e perderam sua renda mensal.

Nesse contexto, o *reconhecimento* simbólico e salarial foi outra categoria emergente de nossa análise. Das professoras que responderam ao questionário, 64,7%

destacou que se sente reconhecida pelo trabalho que realiza, enquanto 35,7% disse não sentir este reconhecimento. A grande maioria que respondeu não se sentir reconhecida como profissional diz respeito às docentes das creches. No entanto, na realização das entrevistas semiestruturadas, as professoras trouxeram vários relatos que remetem à falta de reconhecimento e de valorização da categoria, expressando a necessidade de reconhecimento como uma condição para um trabalho considerado digno.

Como principais resultados dessa discussão, pontuamos que é notável o aumento da carga de trabalho das professoras e a intensificação de suas jornadas laborais. Além disso, acreditamos, com base nos autores que referenciamos acima, que a intensificação gera sobrecarga física e emocional às trabalhadoras. Destacamos que 50% das professoras com as quais dialogamos disse estar sentindo sobrecarga emocional devido ao trabalho no período de pandemia. Quando questionadas sobre a intensidade desta carga emocional, 47,4 % das trabalhadoras responderam estar em nível médio e 36,8% disseram sentir um alto nível de estresse emocional.

Se somam a sobrecarga física e emocional destas professoras as condições de trabalho nas quais estão vivendo e atuando. Consideramos as relações contratuais como categoria fundamental, na medida em que percebemos que estas profissionais estão atuando com medo da perda de seu contrato e conseqüentemente de sua remuneração. Além disso, há a implicação do sentimento de desvalorização advindo da falta de reconhecimento.

Por fim, salientamos que a análise destas categorias ainda está em andamento e considera outros fatores que não mencionamos aqui, como gênero e trabalho emocional. Pontuamos ser de suma importância refletir e compreender o trabalho docente a partir das condições *reais* de trabalho, ou seja, as condições que as professoras realmente possuem para exercer sua atividade profissional, as quais observamos serem diferentes das condições prescritas na legislação. E isso por que, dessa forma, consideramos aspectos qualitativos, como a intensidade de um trabalho, o envolvimento emocional e afetivo das trabalhadoras, as demandas e o tempo gasto para cada tipo de tarefa, entre outros pontos que constituem o trabalho docente como um trabalho que está se reconfigurando constantemente.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Docente; Educação e Trabalho; Educação Infantil; Condições de Trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997. 225 p.
- CURY, Carlos R.J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 7ª ed. 2000.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Processo de trabalho docente*. Dicionário do Gestrado. Disponível em: <<https://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=334>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 250 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VIEGAS, Moacir. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores docentes das escolas públicas do Vale do Rio Pardo (RS). In: VIEGAS, Moacir; KRUG, Susana Beatriz Frantz; SCHUH, Laisa Xavier (Orgs.). *Estudo e reflexões sobre trabalho, educação e saúde*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 259- 286.